

---

# R

RESENHAS

GHERMAN, Michel. O não judeu judeu. A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022, 192 pp.

---

*Jorge Scola*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre – RS – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6502-0326>

**O ANTISEMITISMO DOS FILOSEMITAS E OUTRAS NOTÍCIAS DO BRASIL**

**THE ANTISEMITISM IN THE PHILOSEMITISM AMONG OTHERS NEWS FROM BRAZIL**

O censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou 107 mil pessoas judias no país. O dado pouco expressivo contrasta com a presença de símbolos judaicos apresentados em cenas públicas que vem marcando o fazer político e complexificando análises e narrativas sobre religião (e política) no Brasil desde a segunda década do século XXI. Se os

judeus estavam mormente ausentes em análises clássicas sobre manifestações da religião no espaço público e na esfera pública brasileiras (Montero, 2006<sup>1</sup>; Giumbelli, 2008<sup>2</sup>), parece cada vez mais difícil refletir sobre a religião e a política no Brasil contemporâneo sem tomá-los em conta. Como esse processo aconteceu? Em especial, como esse processo afetou o fenômeno do bolsonarismo e a cristalização da nova extrema-direita à brasileira?

É respondendo a esse quadro contextual que o importante ensaio de Michel Gherman vem a público, ofertando uma interpretação original para um fenômeno que, como ele bem demonstra ao longo do livro, não está nem de longe encerrado. Após a sua leitura, constata-se o impacto do bolsonarismo na comunidade judaica brasileira. Este impacto poderia ser compreendido como um “evento crítico” (Das, 1995)<sup>3</sup>, dadas as suas consequências enquanto evento produtor de rupturas e deslocamentos que demandam reorientações subjetivas no nível dos coletivos, de modo a tornar a vida novamente possível. Pois, se é a partir da vivência dos sujeitos que se pode apreender essas rupturas, deve-se ter em mente que a obra de Gherman se nutre da experiência do próprio pesquisador, que se apresenta aos/às leitores/as a partir de sua judeidade brasileira e carioca, como um “filho de diásporas”.

Percebe-se desde o começo da obra que se trata de uma reflexão pensada para articular dois planos. Um deles corresponde a uma espécie de acerto de contas entre judeus apoiadores de Bolsonaro e judeus que o repudiam, observado por Gherman de um lugar privilegiado na sua pesquisa sobre essa “guerra cultural sem precedentes na história dos judeus no Brasil” (:19). O outro plano aborda os efeitos públicos (políticos, sociais etc.) dessa aproximação inicialmente impensável entre representantes judaicos e políticos de extrema-direita. Disso resulta uma articulação entre os efeitos no campo interno à comunidade judaica e no campo externo ao judaísmo, e o diagnóstico, pelo autor, de uma tentativa (em parte, bem-sucedida) de cooptação/colonização do judaísmo pelo bolsonarismo.

O judeu não judeu está organizado em 6 capítulos, somados a uma apresentação e a um epílogo. O primeiro capítulo (“Fantasmas na porta da Hebraica”) narra a emergência de um conjunto de tensões a partir do evento da palestra de Jair Bolsonaro, em abril de 2017, que foi convidado a falar no Clube Hebraica do Rio de Janeiro. Gherman, que ministrava um curso de historiografia do Holocausto na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi com seus/suas alunos/as à porta da Hebraica e acabou participando da manifestação de grupos judaicos contrários à presença de Bolsonaro no clube. Ainda antes de chegar ao local e percebendo o teor da cena (o conflito entre os judeus de dentro da Hebraica e os de fora, que protestavam contra aqueles

1 GIUMBELLI, Emerson. (2008), “A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”. *Religião & Sociedade*, vol. 28 nº 2: 80-101.

2 MONTERO, Paula. (2006), “Religião, pluralismo e esfera pública”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 74: 47-66.

3 DAS, Veena. (1995), *Critical Events. An anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.

que recebiam o político de extrema-direita), Gherman perguntou o que estava acontecendo e recebeu a sintomática resposta de um policial que fazia a guarda do entorno: “Os judeus estão brigando” (: 26).

A partir desse evento, o autor reflete sobre três movimentos que envolvem a comunidade judaica e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Um deles é o fato da Confederação Israelita do Brasil (Conib) ter, em 2014, homenageado publicamente a resistência judaica à ditadura. Sendo Bolsonaro um apologista dos crimes de Estado cometidos pelo regime militar, é de se perguntar, portanto, o que teria acontecido para que setores ligados à institucionalidade judaica apresentassem relativa adesão ao então candidato à presidência. O segundo movimento sobre o qual o autor reflete tem relação com os judeus assassinados pela ditadura e o seu lugar de reconhecimento para a comunidade judaica. Quando nas versões oficiais dos órgãos de repressão os assassinatos de judeus foram tratados como suicídio, a comunidade se politizou e contestou essas versões, marcando uma posição que não era ignorada pelo próprio regime. Isso nos leva ao terceiro movimento na relação entre os judeus e a ditadura. As versões do antissemitismo produzidas pelos órgãos de informação dos militares quando acionavam teses conspiratórias internacionalistas (Os Protocolos dos Sábios de Sião) e associavam comunismo e judaísmo em alguns textos e documentos. Há, nesse movimento, um ponto de contato com elementos do antissemitismo hoje, que podem ser sintetizados como a produção dos “bons” e dos “maus judeus”, sendo os primeiros os alinhados com os regimes de direita, e os segundos, figurações dos judeus à esquerda, resistentes aos governos autoritários

“Judeus no Brasil”, segundo capítulo do livro, apresenta discussões fundamentais para compreendermos as mudanças em curso na definição da comunidade judaica no Brasil, acentuando seu caráter de disputa, inclusive por agentes externos a ela. Referindo-se ao caso de políticos cristãos (externos ao judaísmo) e de direita, Gherman constata que “os judeus seriam (ou passariam a ser vistos com o tempo) brancos e europeus. Em uma economia política conservadora ou reacionária, esse é um ponto importante a ser destacado, em um cenário de crescente gramática multicultural” (:56). Esse processo tem como objetivo alinhar os judeus brasileiros a narrativas que favoreçam determinados discursos e posturas políticas com amplas consequências na sociedade. Uma delas são os discursos políticos que apresentam os judeus como vítimas históricas da perseguição religiosa, inclusive durante a Inquisição no Brasil Colônia, uma narrativa que oblitera as principais vítimas do processo colonial brasileiro – os africanos escravizados e os indígenas.

O autor salienta a especificidade do contexto nacional em que a conjugação entre branquitude e vitimização a partir do judaísmo vem sendo instrumentalizada por agentes políticos de direita em oposição às ações afirmativas. A despeito da pluralidade e diversidade de judeus que chegaram ao Brasil ao longo de vários séculos, as narrativas de extrema-direita fomentam um imaginário a respeito do que é o judaísmo brasileiro com base em determinados signos (raça, classe, posição política)

que operam em favor de uma determinada agenda política. As filtragens raciais locais e a formação de entidades judaicas bastante verticalizadas no pós-guerra construíram um espaço diferencial para essas populações no Brasil. Gherman nos lembra que os “judeus brasileiros com status racial interdito na Europa conquistam aqui o direito a serem brancos e, assim, a terem mais condição de crescer socialmente” (:76).

No capítulo “O discurso e os convertidos”, o autor discute o agudo momento de 2017 em que Bolsonaro discursou na Hebraica do Rio de Janeiro. Gherman reconstitui o percurso feito por Bolsonaro até ali – vindo de uma viagem a Israel em que se batizou e visitou locais religiosos e políticos; o registro e uso do material dessa viagem em sua campanha política; a presença de seus filhos nesta viagem e sua apresentação com símbolos sionistas e israelenses – e acentua o caráter de síntese desse evento para a comunidade judaica, já que parte dela aplaudia Bolsonaro de dentro do Clube enquanto outra parte, “em número parecido com esse (dos que aplaudiam)”, manifestava-se contra o então candidato. O que vimos anteriormente, sobre as comunidades de vítimas privilegiadas e os filtros raciais que fundamentam formas de vinculação, ganha contorno nesse capítulo se tivermos em conta que Bolsonaro discursou naquela noite contra a demarcação de terras indígenas, descreveu quilombolas com termos desumanizantes e diferenciou raças boas para o Brasil (como os japoneses) de outros estrangeiros que tentam entrada no país. Ao mesmo tempo, Bolsonaro descreveu positivamente a sua experiência em Israel e elogiou as práticas armamentistas desse país.

No interior da Hebraica também houve uma manifestação contrária ao discurso bolsonarista, mas a pessoa foi retirada do evento pela organização. Foi nesse momento que Bolsonaro se projetou como representante da maioria “de dentro” da Hebraica, dizendo “Nós somos a maioria, nós acreditamos em Deus. A cultura judaico-cristã está em nosso meio. Nós somos brasileiros” (:87). A divisão entre os internos/externos parece ter sido aceita pela comunidade da Hebraica, inclusive em termos racializantes. O autor analisa:

“Os judeus que protestam são ‘a raça aí de fora’ e sobre eles produz referências desumanizadoras, como ‘seres ruminantes’. A plateia reage com muito entusiasmo. É como se a comunidade judaico-cristã bolsonarista se consolidasse nesse momento. Há, efetivamente, um processo de conversão e desconversão em andamento” (:91).

A fundação dessa comunidade “política e ideológica” capaz de desconverter judeus (contrários ao bolsonarismo) e de aceitar não-judeus em seu meio, com a mediação de um discurso como o bolsonarista, se vale ainda de um recurso muito bem percebido pelo autor: a “higienização” da simbologia israelense e judaica acionada por Bolsonaro ao falar naquele local e com aquele público. Nas palavras de Gherman: “o judaísmo e a simbologia sobre Israel higienizaram seu discurso de ódio e preconceito” (:93).

O capítulo “Judeus e modernidade: tensões e criatividades” pode ser lido a partir da retomada da temática do tempo – a reflexão sobre o tempo do país (como o passado da nação brasileira é percebido em relação a determinados marcadores como raça e religião) e sobre a relação das comunidades judaicas com o passado e os projetos de futuro (as possibilidades de vida no Brasil). A análise do autor, ao entrelaçar essas instâncias, se mostra bastante arguta. Em um trecho, temos:

Se a modernidade propunha que o futuro fosse o destino dos judeus, se o passado estava interdito para eles na Europa, e se a Europa não conseguia se curar de seu próprio passado, o Brasil se apresentava como a chance de ouro. Não somente para a imigração, mas como um país sem passado. (...) Era o destino, a assimilação e a integração que contavam. Nessa perspectiva, o racismo, os crimes da escravidão e o genocídio faziam pouco sentido. Era preciso esquecê-los e superá-los (:102-103; grifo meu).

A ideia de “assimilação” é reveladora. Ela nos permite concluir que os judeus foram assimilados nas narrativas hegemônicas sobre o tempo racial da nação; narrativas essas que foram estabilizadas no mito da democracia racial – ora questionado pelos movimentos sociais e enfrentado, em parte, pelas agendas políticas comprometidas com as ações afirmativas. Não é secundário, portanto, que, além de um projeto de futuro da nação (onde as “minorias devem se adequar às majorias”), a extrema-direita se reporte a um “passado novo”. Na interpretação de Gherman, “os urros do presente podem ter significado a comemoração do lançamento de um novo passado, em que judeus e cristãos voltaram a ser vítimas” (:104).

O capítulo seguinte – “Bolsonarismo, racismo e extrema direita: judeus como metáfora do Brasil” – está centrado nas reações ao evento na Hebraica e discute o seu desdobramento no interior da comunidade judaica. Se Bolsonaro contou “com o apoio expressivo de esferas da institucionalidade judaica”, os judeus “de fora do clube” passaram a se mobilizar para demonstrar como as falas do candidato não dispunham do “apoio unânime entre a comunidade judaica”. Gherman entende que as instituições judaicas se encontravam, na ocasião, divididas e “a ponto de implosão” (:112). Nisso, como em outras coisas, os judeus não estavam em posição muito diferente de outros setores da sociedade brasileira.

No último capítulo do livro – “Olavismo como bússola” – o autor sistematiza a sua interpretação sobre a construção de um antissemitismo filossemita por figuras como o falecido ideólogo de extrema direita Olavo de Carvalho. Esse discurso operaria instrumentalizando interesses de segmentos judaicos para criar um grupo de coalizão falsamente homogêneo (“os judeus”, “os cristãos” etc.) que possa ser liderado por agentes externos ao judaísmo, pouco dispostos a ouvir vozes dissonantes dentro do grupo que se intenta governar. A propósito, Gherman constata discursos e

práticas explicitamente antissemitas veiculadas por bolsonaristas e olavistas quando suas posições são confrontadas e questionadas por interlocutores judeus.

Analisando a produção de Olavo de Carvalho, chega-se também ao clube Hebraica, desta vez em São Paulo, em uma palestra de 2004. Nos treze anos que separam a fala de Carvalho e a de Bolsonaro, nota-se o fortalecimento desse discurso antissemita-filossemita que tem por objetivo, entre outras coisas, dirigir politicamente os judeus brasileiros – excluindo dissidências e fortalecendo posições à direita. Nesse sentido, a proposta de Gherman para que as tentativas de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo sejam pensadas como um processo se mostra bastante acertada. Os eventos de 2004 e 2017, mas também a relação mais antiga da comunidade judaica com o regime militar, evidenciam que a ação da extrema-direita em direção aos judeus brasileiros produziu uma desconversão de judeus por não-judeus, que se colocaram em espaços de poder para discernir sobre o que seria um pertencimento judaico correto e aceitável. Quando essas linhas foram ultrapassadas, os representantes da extrema-direita não pouparam injunções que ressoaram antissemitismos antigos. O antissemitismo filossemita que o autor identifica tem, portanto, uma sofisticação de armadilha.

O evento de 2004 é um chamado à ação por Olavo de Carvalho. “Ele estava ali”, diz Gherman, “para recrutar soldados para uma cruzada reacionária. Uma cruzada contra a relativização de identidades [de judeus, que são plurais], contra a própria ideia de abstração, uma reação pelo contrato, pela civilização judaico-cristã perante seus inimigos, internos e externos” (:139). Na análise do autor, os judeus que não respondessem aos “interesses” de sua comunidade, ora enunciados por Carvalho, seriam “judeus com almas de escravo” e “inimigos” (:139). “Em nome do bom judaísmo”, Olavo de Carvalho chamava a todos à denúncia, o que envolve “filossemitas e antissemitas” (:150). Quando o bolsonarismo e o olavismo se uniram nos anos 2010, ambos se valeram da difusão digital e das redes sociais. A polinização cruzada gera distintos frutos, e o antissemitismo filossemita pode ser visto como um desses. De fato, mesmo afirmações extremistas e falaciosas como a negação do Holocausto (o que implica a relativização do nazismo), situações que envolvem diretamente os judeus, não são alheias ao repertório olavista. Uma triste constatação diante de tudo isso é que

Olavo morreu sem ser considerado um filósofo antissemita e sendo apoiado por setores da comunidade judaica. Sua demanda, incorporada pelo bolsonarismo, de excluir os judeus liberais do judaísmo e incluir cristãos na nova comunidade política, foi integrada por esses setores também (:164).

Mas a formação de comunidades políticas – no Brasil e no mundo – parece estar em constante rotação. O ensaio de Gherman, ao conjugar estilos e projetos

(relato pessoal, análise social apurada, chamado à reflexão) também responde ao que Gayatri Spivak apontou como a única situação em que é cabível “aos trabalhadores culturais” proceder a “uma intervenção escrupulosa em favor de uma história alternativa” (2019:261)<sup>4</sup>; aquela em que se constata a necessidade de uma pluralização de perspectivas, contestando narrativas hegemônicas, de modo a tornar legível aquilo que está sendo subalternizado.

Se é como tentativa de colonização que o autor define a ação bolsonarista em direção ao judaísmo no Brasil, e se parece verdadeiro que a extrema-direita desfraldou bandeiras as mais radicais, a análise contida em *O judeu não judeu* se presta a muitas leituras. Embora a questão da consciência não seja anunciada claramente pelo autor em seu texto, parece-me que ela se faz presente na obra como um todo. A consciência dos grupos sociais, para voltar a Spivak, é mediada de forma complexa. Gênero, raça, etnicidade, classe – ao que adicionamos a religião – podem e devem servir de instrumentos para produção de histórias alternativas (Spivak 2019:253)<sup>5</sup>. Mas é preciso um bom ouvido para conseguir ouvi-las, para além daqueles que falam mais alto e tentam impor suas posições. Tal esforço, que vem sendo empreendido por diferentes pesquisas em relação ao próprio bolsonarismo e que tensionam perspectivas de adesão/rejeição baseados em identidades religiosas, como a dos evangélicos (Vital da Cunha, 2021)<sup>6</sup>, encontra no caso judaico uma complexidade que pode colocar luz em muitos processos.

Fica claro, ao final da leitura do livro de Michel Gherman, que salientar a pluralidade de posições dentro de comunidades religiosas é muito mais do que reafirmar a importância do debate de pontos de vista sobre a política. Para pensar com outra autora judaica, cito Judith Butler, que salienta a importância da crítica para o desvelamento das formas com que a moralidade se liga à interpelação dos esquemas dominantes de poder. Para Butler (2019:238)<sup>7</sup>, o trabalho de resistência se dá exatamente pela afirmação de um novo modo de vida, enquanto se diz não a outro. Pela agudeza da situação, torna-se fundamental compreender a figuração do antissemitismo filossemita, esta questão relativamente recente na sociedade brasileira; afinal, para lembrar Raymond Williams (1960:358)<sup>8</sup>, a crise humana é sempre uma crise de compreensão, e só podemos agir sobre aquilo que compreendemos genuinamente.

Submetido em: 15/05/2023

Aprovado em: 20/07/2023

4 SPIVAK, Gayatri. (2019). “Quem reivindica a alteridade?” In: H. B. de Hollanda (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

5 SPIVAK, op. cit.

6 VITAL DA CUNHA, Christina. (2021), “Irmãos contra o Império: Evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil”. *Debates do NER*, vol. 21: 13-80.

7 BUTLER, Judith. (2019), *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

8 WILLIAMS, Raymond. (1960), *Culture & Society: 1780-1950*. New York: Anchor Books.

**Jorge Scola\*** (jorge.scolaa@gmail.com)

\* Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Integrante do MARES – Materialidade, Arte, Religião, Espaço Público (CNPq).